

Empresários explicam demissões a Sarney

O fim das demissões nos setores da indústria automobilística e de autopeças não depende da vontade dos empresários mas sim do comportamento das vendas no mercado, disseram ontem ao presidente Sarney, no Palácio do Planalto, os presidentes da Autolatina (holding que administra a Volkswagen e a Ford no Brasil e na Argentina), Wolfgang Sauer, e do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), Pedro Eberhardt. Segundo esses empresários, que pretendem uma redução dos impostos sobre veículos, Sarney não fez nenhuma promessa e se limitou a anotar os dados a ele revelados.

Antes da audiência com o presidente, Sauer e Eberhardt foram recebidos pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco. À saída, o presidente da Autolatina disse que, se o governo não tomar providências para reverter a atual crise econômica, poderão ocorrer mais demissões, não apenas no setor automobilístico, mas também em outras áreas.

Já Eberhardt disse que o setor demitiu, de março a junho deste ano, cerca de oito mil funcionários. Acrescentou que a Indústria de autopeças trabalha hoje com uma defasagem da ordem de 35% e, para resolver a situação, sem ferir os objetivos do Novo Cruzado, na parte referente ao congelamento, ele acredita que a solução viável seria o governo reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis.

Para o presidente da Autolatina, a crise é geral "e a situação está muito difícil de agüentar. Apenas a Autolatina demitiu quatro mil funcionários. Sauer afirma que desde 1981 a situação econômica está ruim e, por isso, "é contraproducente ter indústrias tão importantes se descapitalizando e sem possibilidade de investir para manter bons níveis de tecnologia a fim de fabricar produtos que obtenham competitividade no mercado externo".

Resposta da Anfavea

Somente a recomposição do mercado pode evitar as demissões no setor automobilístico. Esta é, em síntese, a resposta do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), André Beer, ao ministro do Trabalho, que, em telex, pediu o fim das demissões. Pazzianotto alegava que a extinção do depósito compulsório impunha a interrupção das demissões, no texto também enviado ao Sindipeças e à direção da Volkswagen.

Beer disse em telex estar ciente de que "o sofrimento" imposto aos trabalhadores poderia ter sido evitado, se algumas medidas tivessem sido adotadas pelas autoridades públicas no momento adequado. Ele citou como as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor as elevadíssimas alíquotas tributárias, o empréstimo compulsório e a inviabilização dos consórcios e dos financiamentos.

Mesmo que o governo reduza a carga tributária que incide sobre os veículos — que atualmente corresponde a 52% do preço final pago pelo consumidor —, os automóveis brasileiros não ficarão mais baratos, pois o benefício será repassado às montadoras, que apresentam uma defasagem de 40% em seus preços. Isso, pelo menos, foi o que disse ontem, em São Paulo, o presidente da Anfavea, durante debate realizado pela Rádio Eldorado, sobre a indústria automobilística, do qual participou também José Gomes Carvalho, presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de Veículos (Abrave).

Beer defendeu a necessidade de o governo conceder o aumento de 40% pleiteado pelas montadoras. Alegando que após o congelamento de preços o setor sofreu reajustes em suas matérias-primas (como aço, vidro, plásticos, pneus e mão-de-obra), mas não quer que a alta seja repassada ao consumidor.

"Se o governo mantiver-se insensível e não conceder o aumento às fábricas via redução de impostos, vamos fazer novo protesto", ameaçou Gomes Carvalho, referindo-se ao recente protesto dos revendedores que interromperam as compras junto às montadoras por dez dias, movimento que acabou extinguindo o depósito compulsório sobre os veículos.